



RELATÓRIO DE ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO 2026

RELATÓRIO TRIMESTRE - I

ÍNDICE

1 SUMÁRIO EXECUTIVO.....	9
2. INTRODUÇÃO	9
2.1 Objetivo	9
2.2 SCOPO.....	9
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)	9
3.1 Capital Social.....	10
3.2 Setor Desenvolvimento Económico	10
3.3 Setor do Desenvolvimento Infraestrutura	11
3.4 Setor Enquadramento Institucional.....	12
4. Classificação Económica	12
5. Linhas Ministeriais e Agências Públicas Autónomas.....	14
5.1 Maior orçamento alocado nas LMs com sua execução.....	14
5.2. LMs com menor execução	14
5.3 AAs com maior execução	15
5.4 Agencias Autónomas com menor execução	16
6. Orçamento alocado nas categorias económicas para Subsetor RAEOA.....	16
6.1 Subsetor RAEOA.....	16
6.2 Programas do Subsetor RAEOA	17
6.3. Programas de FED RAEOA	18
7. Fundos Especiais	19
7.1 Fundo Infraestrutura	19
7.3 Fundo Desenvolvimento do Capital Humano	21
8. Orçamento por Programas.....	21
8.1 Programas com maior execução	21
8.2 Programas com execução menor.....	22
9. Autoridades Municipais	22
9.1 Orçamento alocado nas Autoridades Municipais	22
9.2 Programas da AMs	23
11. Virement	25

12. Receitas	27
12.1 Receitas da Administração Central	27
12.2 Receitas da REAOA.....	28

FIGURAS

Gráfico 1: Setor Capital Social com maior execução orçamental.....	10
Gráfico 2: Setor Desenvolvimento Económico com maior execução orçamental.....	10
Gráfico 3: Setor Desenvolvimento Infraestrutura com maior execução orçamental.....	11
Gráfico 4: Enquadramento Institucional com maior execução orçamental.....	12
Gráfico 5: Execução das despesas por classificação económica – Administração Central	13
Gráfico 6: LMs com maior desempenho na execução orçamental.....	14
Gráfico 8: AAs com maior na execução orçamental	15
Gráfico 9: Com nível de execução menor	16
Gráfico 10: Execução das despesas por classificação económica – Subsetor RAEOA.....	16
Gráfico 11: Execução orçamental por programas	21
Gráfico 13: Programas implantados pelas Autoridades Municipais	23
Gráfico 14: COFOG	24
Tabela 1: Programas integrados no Subsetor RAEOA	17
Tabela 2: Programa do FED RAEOA	18
Tabela 3: Programas do FI com seus respectivos gastos.....	19
Tabela 4: Execução orçamental dos programas implementados pelo FDCH	21
Tabela 5: Execução orçamental dos Programas.....	22
Tabela 6: Execução orçamental das Autoridades Municipais.....	23
Tabela 7: Top 10 Entidades que realizaram maior virement no 1.º trimestre de 2026	25
Tabela 8: Receitas recolhidas – Administração Central de Janeiro até Março.....	27
Tabela 9: Receitas da RAEOA de Janeiro até Março	28

ABREVIACÃO

APORTIL, I.P.	Administração dos Portos de Timor-Leste (APORTIL), I.P.
AM AIL	Autoridade Municipal de Aileu
AM AIN	Autoridade Municipal de Ainaro
AM COV	Autoridade Municipal de Covalima
AM LAU	Autoridade Municipal de Lautém
AM LIQ	Autoridade Municipal de Liquiçá
AM MNTT	Autoridade Municipal de Manatuto
AM MNFH	Autoridade Municipal de Manufahi
AM VQQ	Autoridade Municipal de Viqueque
ADN, I.P.	Agência de Desenvolvimento Nacional, I.P.
TRADEINVEST, I.P	Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P.
ANAAA	Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica
AMRT	Arquivo e Museu da Resistência Timorense
ANTL, I.P.	Arquivo Nacional de Timor-Leste, I.P
AA Ataúro	Autoridade Administrativo de Ataúro
AACTL, I.P.	Autoridade da Aviação Civil de Timor-Leste, I.P.
AIFAESA	Autoridade de Inspeção Alimentar e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar
APC	Autoridade de Proteção Civil
AM BCU	Autoridade Municipal de Baucau
AM BBNR	Autoridade Municipal de Bobonaro
AM DILI	Autoridade Municipal de Díli
AM ERM	Autoridade Municipal de Ermera
ANC, I.P.	Autoridade Nacional de Comunicações, I.P.
BS	Bens e Serviços
RAEOA	Autoridade Região Administrativa Especial Oecússi Ambeno – RAEOA
CLN	Centro de Logístico Nacional
CNC! IP	Centro Nacional Chega! I.P

CNEFP, I.P.	Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional – Tibar, I.P.
CNFP, I.P.	Centro Nacional de Formação Profissional - Becora, I.P.
CNR, I.P.	Centro Nacional de Reabilitação, I.P.
COFOG	Classificação das Funções do Governo
CAC	Comissão Anti – Corrupção
CFP	Comissão da Função Pública
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CI	Conselho de Imprensa
CD	Capital de Desenvolvimento
CM	Capital Menor
MCAS	Ministério do Coordenador dos Assuntos Sociais
DBF-TL	Dalan Ba Futuro – Timor-Leste
DGE	Dotações Geral do Estado
F-FDTL	Falintil – Força de Defesa de Timor Leste
FDCH	Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano
FRSS	Fundo Reserva Segurança Social
FEDA	Fundo Especial de Desenvolvimento Ataúro
FED RAEOA	Fundo Especial de desenvolvimento de Região Administrativa Especial De Oecusse Ambeno
FI	Fundo das Infraestruturas
GFTM	Gabinete da Fronteira e Terrestre e Marítima
GRP	Government Resource Planning
HNGV	Hospital Nacional Guido Valadares
INTL, I.P.	Imprensa Nacional de Timor-Leste, I.P.
IGE	Inspeção-Geral do Estado
IGT	Inspeção-Geral do Trabalho
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IGEADI	Instituto de Gestão de Equipamento e Apoio ao Desenvolvimento De Infraestrutura

BAMBU	Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu
INAP	Instituto Nacional da Administração Pública
INCT	Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia
INCSIDA, IP	Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, IP
INFPM	Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Medicamentos
INSS	Instituto Nacional Segurança Social
INDIMO	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão-de-Obra
INDDICA	Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança, IP
IQTL, I.P.	Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, I.P.
IPB	Instituto Politécnico de Betano
LEO	Lei de Enquadramento Orçamental no 02/2022
LMSS	Ministérios e Secretários de Estado
MCA	Millennium Challenges Accounts de Timor-Leste
MCAE	Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos
MAE	Ministério da Administração Estatal
MD	Ministério da Defesa
MJ	Ministério da Justiça
MS	Ministério da Saúde
MSSI	Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão
MF	Ministério das Finanças
MOP	Ministério das Obras Públicas
MESCC	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura
MI	Ministério do Interior
MPM	Ministério do Petróleo e Minerais
MNEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
MACLN	Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional
MDRHC	Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária
MAPPF	Ministério da Agricultura Pecuária, Pesca e Floresta

MCI	Ministério do Comércio e Industria
ME	Ministério da Educação
MPIE	Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico
MTA	Ministério do Turismo e Ambiente
MJDAC	Ministério de Juventude, Desporto, Arte e Cultura
ANP	Autoridade Nacional do Petróleo
INSPTL	Instituto Nacional de Saúde Publica de Timor Leste
CNA	Comissão Nacional de Aprovisionamento
OGE	Orçamento Geral do Estado
PN	Parlamento Nacional
IPG	Instituto de Petróleo e Geologia
PPB	Planning Programming Budgeting
PCIC	Polícia Científica de Investigação Criminal
PNTL	Polícia Nacional de Timor Leste
PR	Presidência da República
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PM	Primeiro-Ministro
PGR	Procuradoria-Geral da República
PDHJ	Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça
APA	Agência Pública Autónomas
SEFOPE	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego
SECOOP	Secretaria de Estado de Cooperativas
SEI	Secretaria de Estado para a Igualdade
STAE	Secretariado Técnico da Administração Eleitoral
SERVE, I.P.	Serviço de Registo e Verificação Empresarial, I.P.
SNAEM	Serviço Nacional de Ambulância e Emergência Médica
SNI	Serviço Nacional de Inteligência
SASCAS	Serviço de Apoio à Sociedade Civil e Auditoria Social
SV	Salários e Vencimentos
SEAFA	Serviços e Entidades com Autonomia Financeira Alargada
PED	Plano Estratégico Desenvolvimento

TATOLI, I.P.	TATOLI - Agência Nacional de Timor-Leste, I.P.
TIC TIMOR I.P.	Tecnologias da Informação e Comunicação I.P
TP	Transferências Publicas
TR	Tribunais
UNIMCS	Unidade de Missão para o Combate ao Stunting
UNTL	Universidade Nacional de Timor Lorosa'e
VPM-AE	Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Económicos
VPM-AS	Vice-primeiro-ministro para os Assuntos Sociais

1 SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta as dotações orçamentais e despesas das Linhas Ministeriais e Secretários de Estado (LMSS), Agências Públicas e Institutos (PAIs) e da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) juntamente com as Autoridades Municipais. Além disso, o relatório irá analisar despesas e dados orçamentais utilizando diferentes dimensões categorias monitorizadas pelos sistemas orçamentais de Timor-Leste, como a classificação das funções do governo (COFOG), as categorias de apropriação económica e os setores definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030.

2. INTRODUÇÃO

2.1 Objetivo

A Direção-Geral do Planeamento e Orçamento, através da Direção Nacional do Orçamento, tem como objetivo a produção de três relatórios trimestrais e um relatório anual sobre as dotações, despesas e realocações orçamentais em Timor-Leste. Estes relatórios constituem uma importante fonte de informação para as partes interessadas do setor público, parceiros técnicos e financeiros, setor privado e sociedade civil em geral.

O orçamento Geral do Estado (OGE) para 2026 totaliza 2,416 mil milhões de dólares, distribuídos pelos principais componentes da administração pública. Desse montante, 2,1862 mil milhões de dólares destinam-se à Administração Central, 60,0 milhões de dólares à Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) e 170,4 milhões de dólares à Segurança Social, incluindo o Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS).

2.2 SCOPO

O presente relatório descreve o desempenho da execução do Orçamento Geral do Estado durante o 1.º trimestre de 2026.

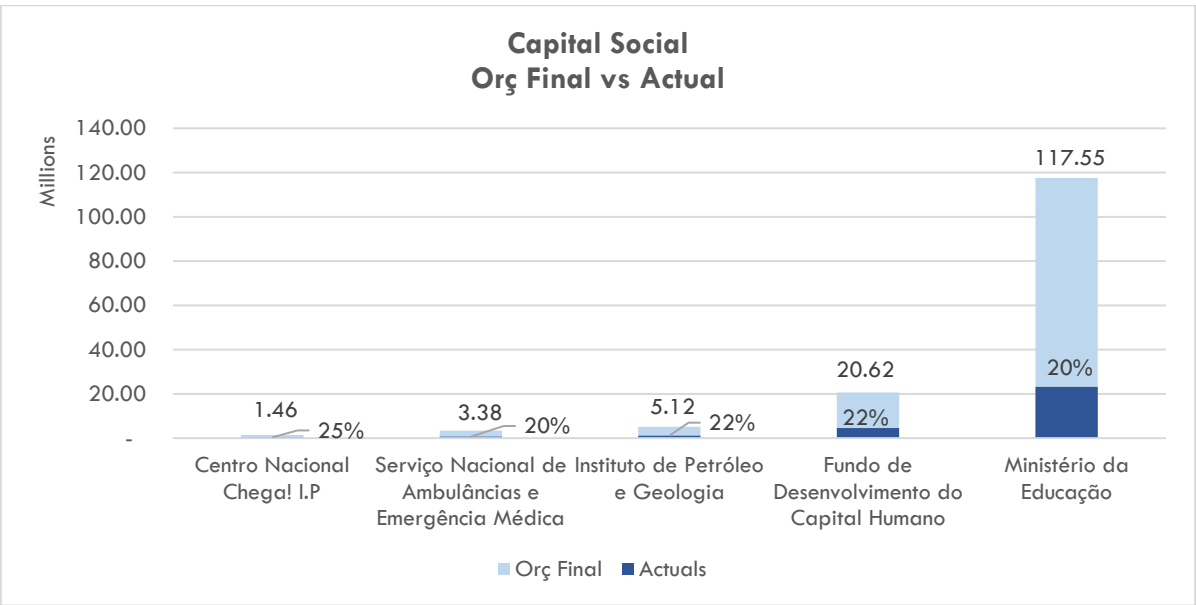
3. Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)

Nesta seção, pretendemos oferecer uma visão abrangente da execução do orçamento por classificação através do Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011 – 2030). O plano de Desenvolvimento Estratégico abrange quatro áreas principais: Capital Social, Desenvolvimento de

Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Enquadramento Institucional. No setor de Capital Social foca na construção de uma sociedade saudável e educada para atender às necessidades sociais do nosso povo e promover o desenvolvimento humano. No setor de Desenvolvimento Infraestrutura garantirá que nossa nação tenha a infraestrutura básica e produtiva necessária para construir uma nação sustentável, em crescimento e conectada. No setor de desenvolvimento econômico para alcançar uma economia próspera e gerar empregos. Esses três diferentes aspetos do desenvolvimento de Timor-Leste serão construídos sobre uma estrutura institucional eficaz.

3.1 Capital Social

Gráfico 1: Setor Capital Social com maior execução orçamental

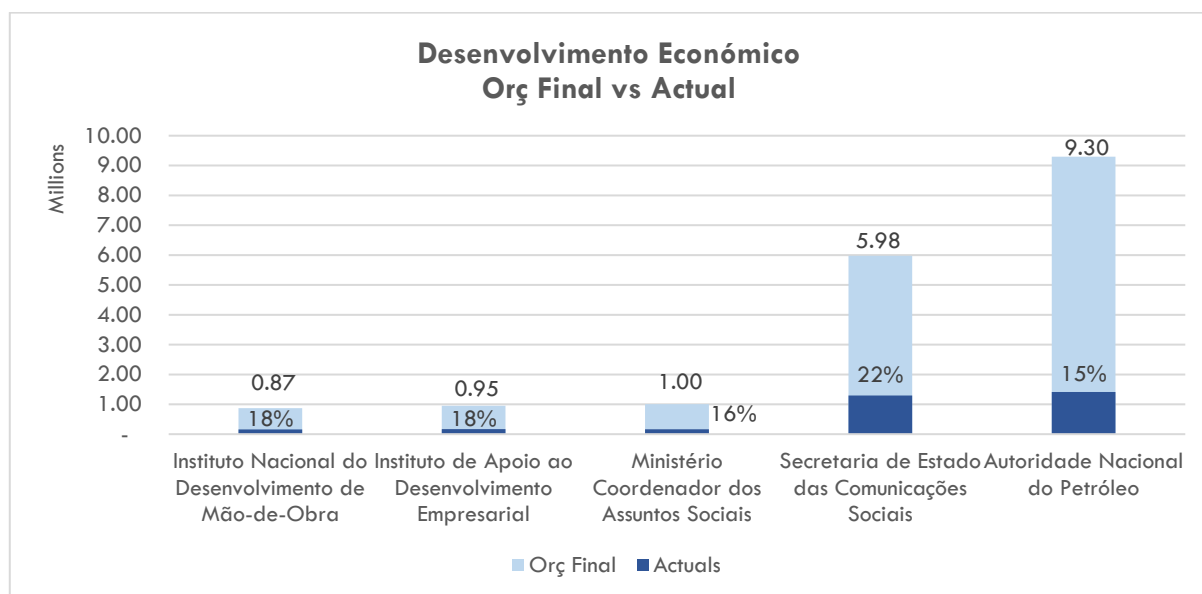


Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

No setor do Capital Social, são apresentadas as entidades que registaram o maior nível de execução no primeiro trimestre de 2026. Destaca-se o CNC, I.P., com uma taxa de execução orçamental de 25%. Seguem-se o IPG e o FDCH, que apresentaram o mesmo nível de execução, correspondente a 22%. Por fim, o ME e o SNAEM registaram uma execução orçamental de 20%.

3.2 Setor Desenvolvimento Económico

Gráfico 2: Setor Desenvolvimento Económico com maior execução orçamental

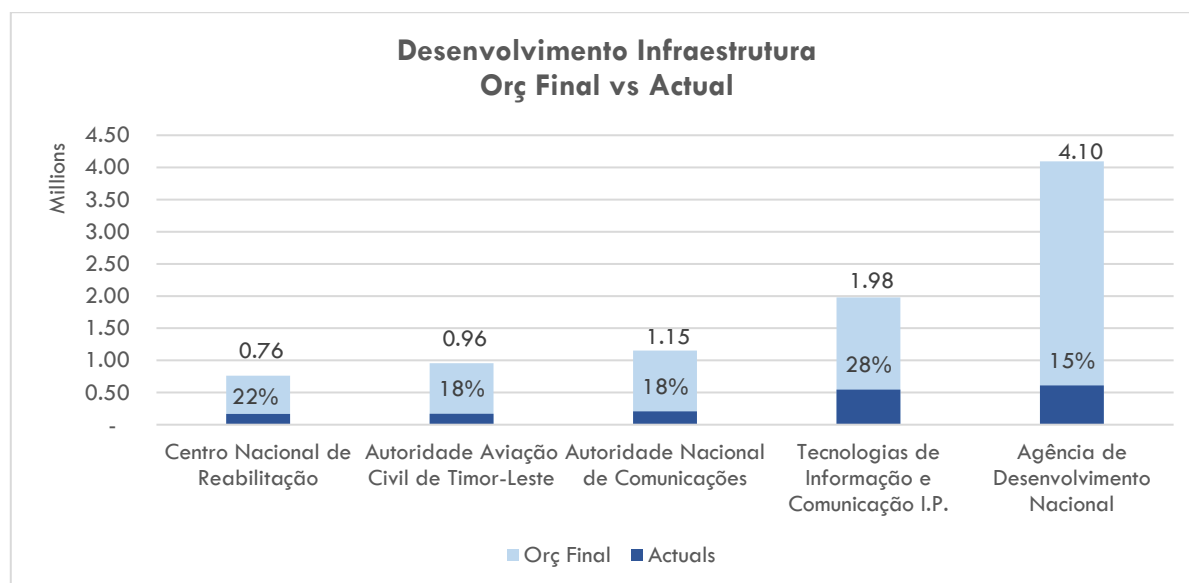


Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

No setor do Desenvolvimento Económico, entre as entidades analisadas, destaca-se a SECOMS, que apresenta a maior taxa de execução orçamental, com 22%. Em seguida, surgem o INDIMO e o IADE, ambos com uma execução orçamental de 18%, evidenciando um desempenho semelhante. O MCAS regista uma execução de 16%, enquanto a ANP apresenta o nível mais baixo entre as entidades referidas, com 15%.

3.3 Setor do Desenvolvimento Infraestrutura

Gráfico 3: Setor Desenvolvimento Infraestrutura com maior execução orçamental

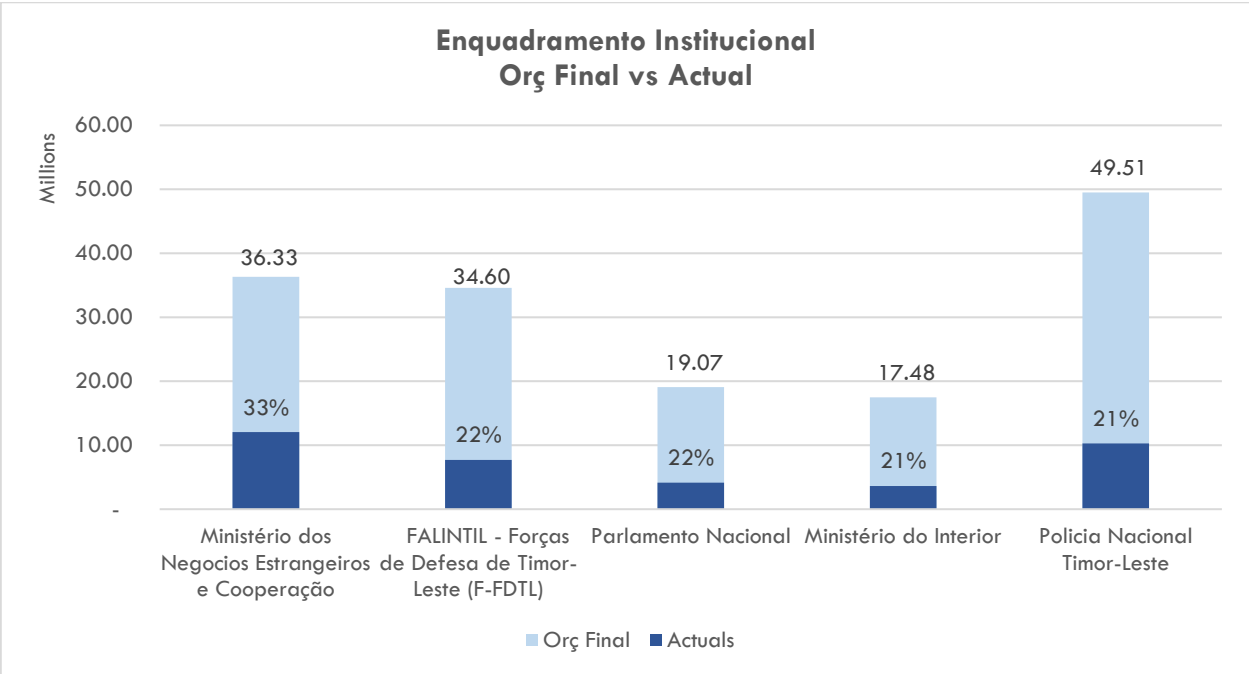


Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

No setor do Desenvolvimento de Infraestruturas, destaca-se o TIC, que regista a maior taxa de execução orçamental, de 28%, evidenciando um ritmo mais acelerado na implementação das atividades previstas. Em seguida, a CNR apresenta uma execução de 22%, demonstrando também um desempenho relativamente elevado. A AACTL e a ANC registam uma execução orçamental de 18%, valor que indica um nível intermédio e relativamente estável de execução orçamental. Já a ADN regista a menor taxa de execução, com 15%, situando-se abaixo das restantes entidades analisadas.

3.4 Setor Enquadramento Institucional

Gráfico 4: Enquadramento Institucional com maior execução orçamental



Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

No setor do Enquadramento Institucional, o MNEC apresentou a maior taxa de execução orçamental, atingindo 33% do orçamento aprovado. Seguem-se as FALINTIL-FDTL e a Presidência Nacional (PN), ambas com uma execução de 22%. Por sua vez, o Ministério do Interior (MI) e a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) registaram uma execução de 21%.

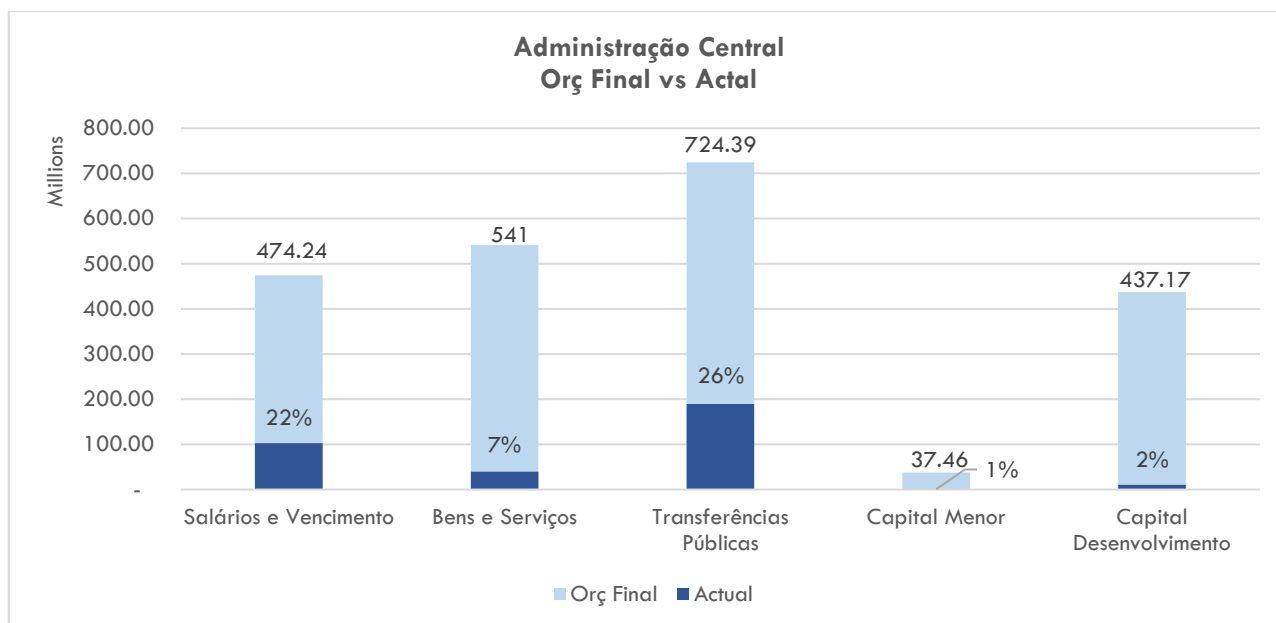
4. Classificação Económica

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2026, no subsetor da Administração Central, mostra que as Transferências Públicas representam a maior parcela do orçamento (37%). Seguem-

se os Salários e Vencimentos, com 21%, e os Bens e Serviços, com 20%. As categorias com menor dotação orçamental são o Capital Menor (2%) e o Capital de Desenvolvimento (20%).

Verifica-se que uma maior proporção do orçamento é alocada às despesas correntes, em comparação com as despesas de capital.

Gráfico 5: Execução das despesas por classificação económica – Administração Central



Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

Em termos de execução orçamental, observa-se um desempenho desigual entre as diferentes categorias. As Transferências Públicas (26%) e os Salários e Vencimentos (22%) registam os níveis de execução mais elevados, enquanto Bens e Serviços (7%), Capital Menor (1%) e Capital de Desenvolvimento (2%) apresentam taxas de execução mais reduzidas.

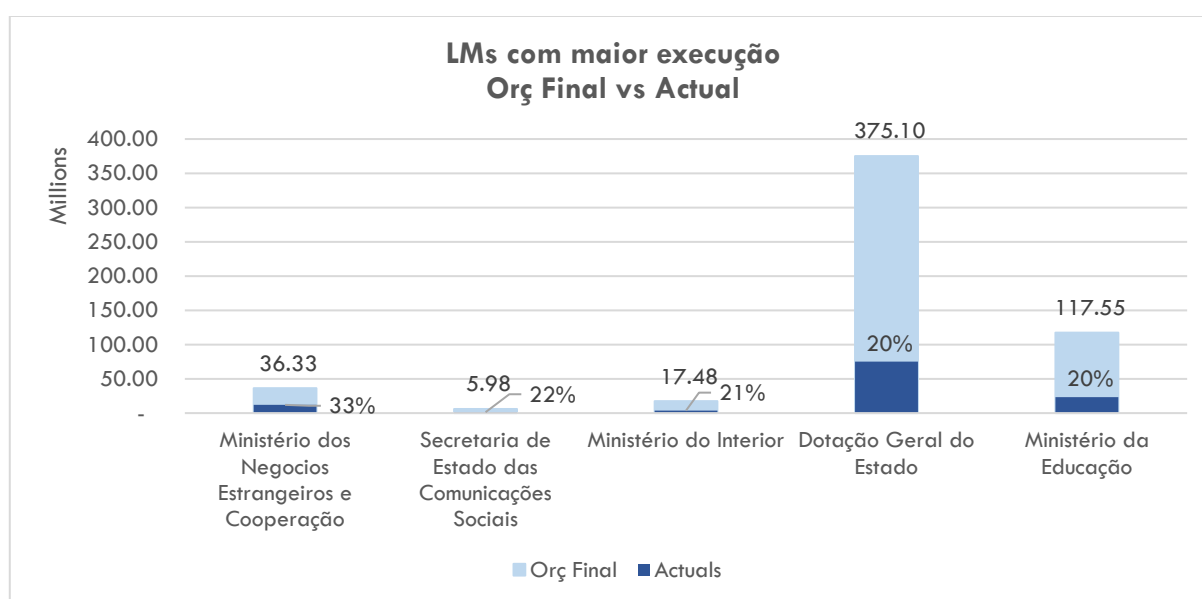
No caso do Capital Menor e do Capital de Desenvolvimento, verifica-se que ambos se encontram ainda numa fase inicial, marcada sobretudo por preparativos administrativos. A introdução de um novo sistema no processo de aprovisionamento tem contribuído para um ritmo de execução mais lento. No entanto, no âmbito do Capital de Desenvolvimento, os projetos em curso continuam a avançar, enquanto os novos projetos permanecem em fase de submissão e adaptação ao novo procedimento de aprovisionamento.

5. Linhas Ministeriais e Agências Públicas Autônomas

5.1 Maior orçamento alocado nas LMs com sua execução

A execução orçamental das Linhas Ministeriais apresenta níveis diferenciados entre as várias entidades. O MNEC registou a taxa de execução mais elevada, com 33%, seguindo-se a SECOMS com 22% e o MI com 20%. Por sua vez, o DTG e o ME apresentaram igualmente níveis de execução de 20%.

Gráfico 6: LMs com maior desempenho na execução orçamental

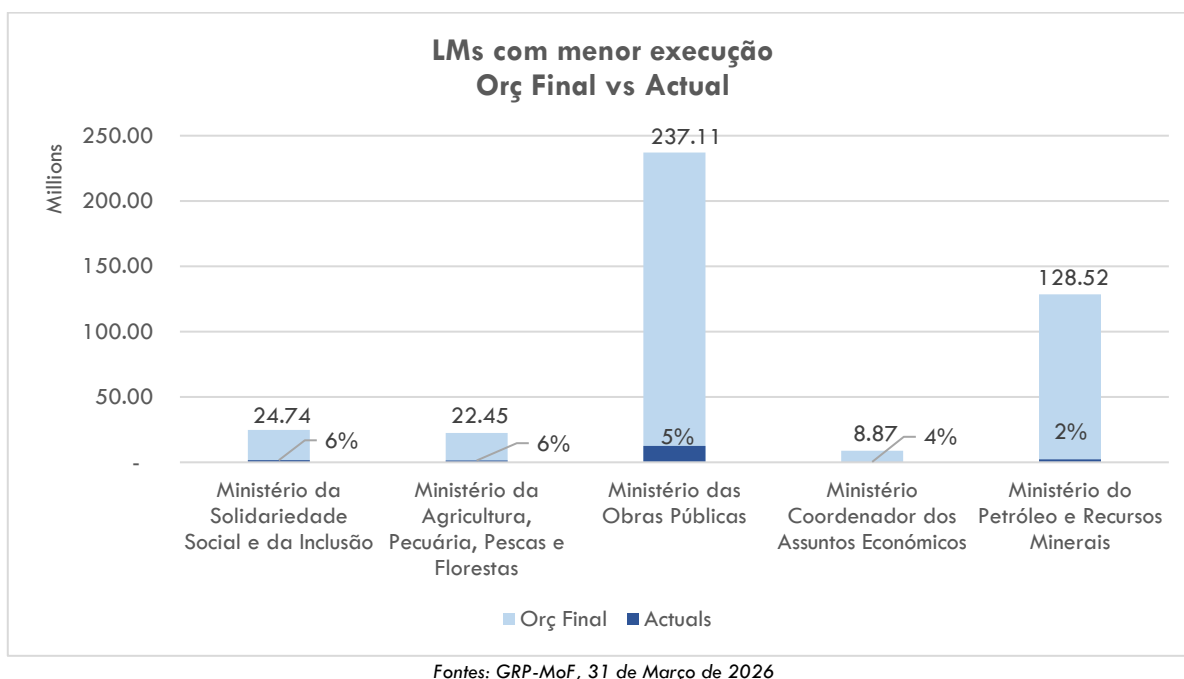


Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

5.2. LMs com menor execução

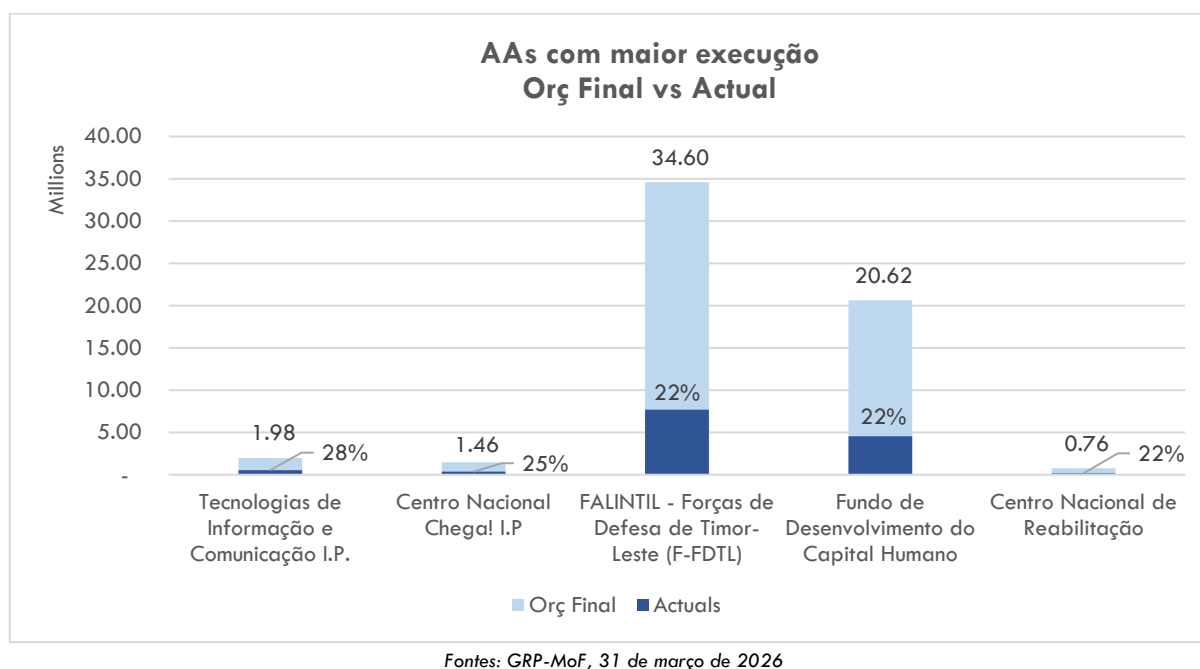
No primeiro trimestre, as Linhas Ministeriais com menor nível de execução orçamental foram MPRM, com apenas 2%, não se registando qualquer despesa nas categorias de Transferências Públicas e Capital de Desenvolvimento. Segue-se o MCAE, com uma execução de 4%. O MSSI e o MAPPF apresentaram ambos uma taxa de execução orçamental de 6%.

No caso do MSSI, verifica-se a ausência de execução nas categorias de Transferências Públicas e Capital de Desenvolvimento, enquanto no MAPPF ainda não se registam despesas de capital.



5.3 AAs com maior execução

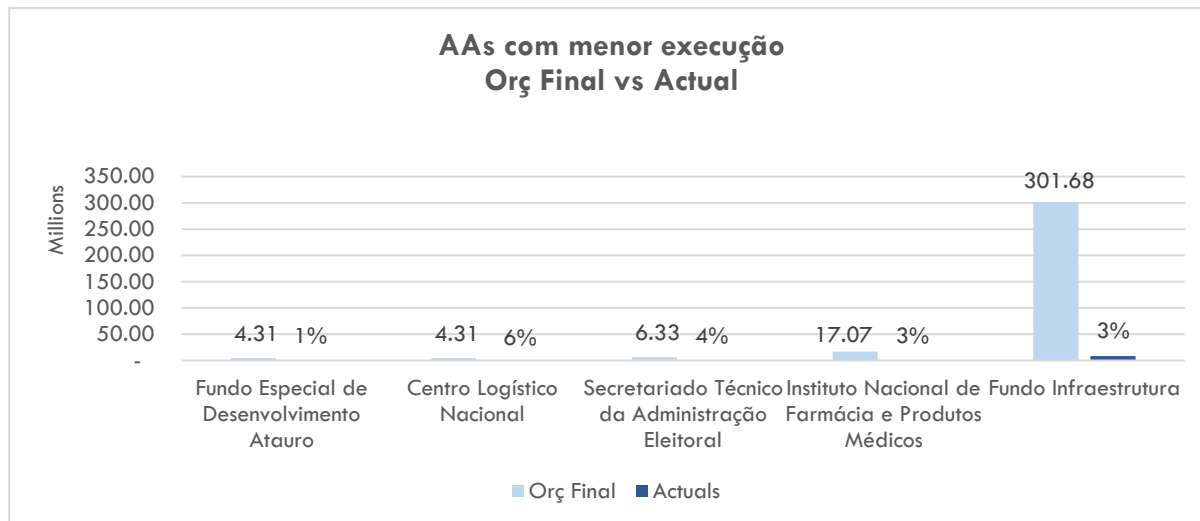
Gráfico 7: AAs com maior na execução orçamental



No primeiro trimestre, as Agências Autónomas com maior execução orçamental foram o TIC, com 28%, seguido do CNC, com 25%. O FALINTIL, o FDCH e a CNR registaram, todos, uma execução orçamental de 22%.

5.4 Agências Autónomas com menor execução

Gráfico 8: Com nível de execução menor



Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

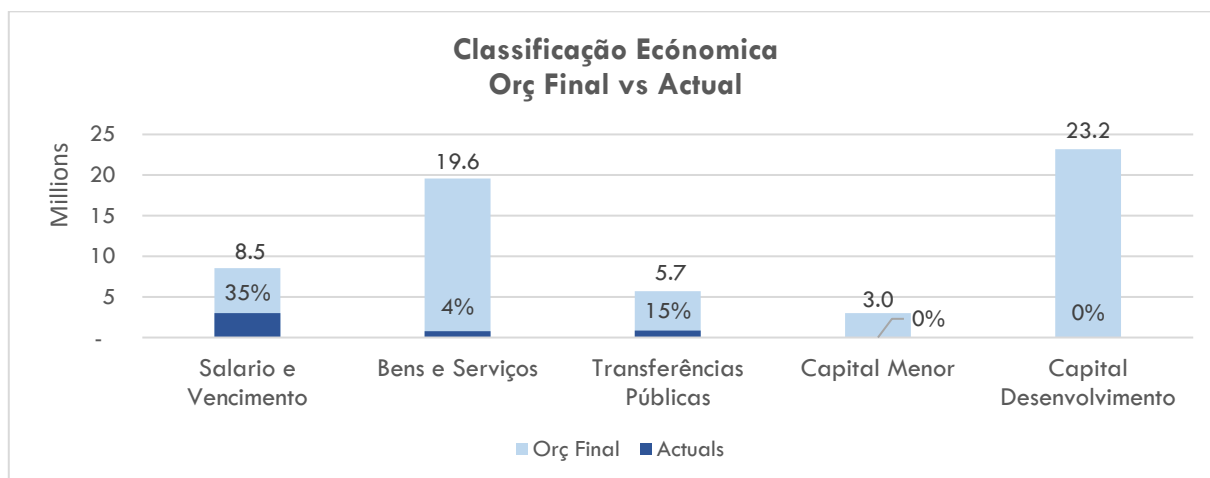
A menor execução orçamental foram registradas pelo FEDA (1%), INFPM (3%) e FI (3%), STAE (4%) e CLN (6%).

6. Orçamento alocado nas categorias económicas para Subsetor RAEOA

6.1 Subsetor RAEOA

O orçamento atribuído ao Subsetor RAEOA foi de \$62 milhões de dólares, dos quais 36 milhões foram destinados à Autoridade RAEOA-ZEEMS e 26 milhões ao FED RAEOA.

Gráfico 9: Execução das despesas por classificação económica – Subsetor RAEOA



Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

O gráfico mostra a execução orçamental do subsetor da RAEOA em 2026, evidenciando um desempenho desigual entre as diferentes categorias económicas.

As despesas com Salários e Vencimentos destacam-se com a taxa de execução mais elevada (35%). Bens e Serviços, apesar de concentrar a maior dotação orçamental, apresenta uma execução bastante limitada, fixando-se nos 4%. As Transferências Públicas registam uma execução de 15%, situando-se num nível intermédio. Já as categorias de Capital Menor e Capital de Desenvolvimento não apresentam qualquer execução (0%).

6.2 Programas do Subsetor RAEOA

A Autoridade RAEOA-ZEESM implementou a 27 programas. Os programas de *Água e saneamento* e de *Segurança Nacional* registaram o nível de execução orçamental mais elevado (100%), enquanto o programa de *Educação recorrente* apresentou a execução mais reduzida (13%). Os restantes programas registaram taxas de execução que variaram entre os 15% e 97%, respetivamente.

Tabela 1: Programas integrados no Subsetor RAEOA

Programas	Orç Final	Actual	Execução
024 Cultura e Património	5,080.00	-	0%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	50,052	-	0%
366 Segurança Nacional	15,500	-	0%
392 Acesso à Justiça	1,083,880	-	0%
502 Transportes	65,980	-	0%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	14,955,725	2,991,9	
520 Educação Pré-escolar	97,000	30,221	31%
521 _ Educação Básica	2,117,975	682,034	32%
522 Ensino secundário	137,400	41,765	30%
523 Educação recorrente	4,000	-	0%
528 Cuidados de Saúde Primários	15,050	500	3%

Programas	Orç Final	Actual	Execução
529 - Cuidados de saúde secundários e terciários	766,425	750	0.1%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	109,900	-	0%
867 - Desenvolvimento e fortalecimento de áreas com tratamento administrativo e económico especial	2,694,507	-	0%
980 Social Inclusion	59,760	160	0.3%
982 Turismo	28,100	1,075	4z5
983 Investimento e Diversificação Económica	59,820	280	0.5%
A39 - Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	386,390	-	0%
A40 Pecuária, Veterinária e Tecnologia	84,000	-	0%
A41 - Gestão das Pescas, Aquicultura e Recursos Aquáticos	30,000	-	0%
A42 Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	22,450	-	0%

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

6.3. Programas de FED RAEOA

Tabela 2: Programa do FED RAEOA

Programas	Orç Final	Actuals	Execução
026 Estradas e Pontes	20,886,087	-	0%
314 Bolsa de estudos	431,398	-	0%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	429,082	94,588.7	22%
520 Educação pré-escolar	32,710	-	0%
521 Educação básica	74,966	-	0%
528 Cuidados de Saúde Primários	28,210	-	0%
798 Água e saneamento	43,946	-	0%
802 Eletricidade	7,450,118	753,334	10%
809 Aeroporto	5,711,617	-	0%
867 Desenvolvimento e reforço de áreas com administração especial	1,314,013	-	0%

Programas	Orç Final	Actuals	Execução
982 Turismo	13,814	-	0%
983 Investimento e Diversificação Económica	134,830	-	0%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Indústria e Anual	660,215	-	0%

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

O FED RAEOA implementou 13 programas, dos quais apenas dois apresentaram execução orçamental, o programa de *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional* com uma execução de 22%, e o programa de *Eletricidade* com 10%. Os restantes programas não registaram execução orçamental.

7. Fundos Especiais

7.1 Fundo Infraestrutura

O orçamento alocado no FI é destinado ao desenvolvimento e manutenção de projetos e infraestrutura, ou seja, os orçamentos alocados geralmente utilizados para financiar uma variedade de projetos.

Tabela 3: Programas do FI com seus respectivos gastos

Programas	Orç Final	Actual	Execução
023 Gestão das Finanças Públicas	3,863,960.00	127,440.66	3%
024 Cultura e Património	1,446,929.00	-	-
026 Estradas e Pontes	104,369,277.00	3,593,664.53	3%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	5,135,274.00	-	-
171 Levar os serviços dos tribunais populacionais aos tribunais	2,545,223.00	630,542.65	25%
366 Segurança Nacional	5,122,446.00	6,422.18	0.1%
388 Defesa Nacional	1,637,284.00	-	-
392 Acesso à Justiça	834,443.00	-	-
439 Garantir a liberdade de expressão e o acesso à informação.	316,280.00	-	-
502 Transportes	1,712,999.00	-	-
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	12,474,218.00	874,902	7%
521 Educação básica	1,185,047.00	-	0%

Programas	Orç Final	Actual	Execução
522 Ensino secundário	333,395.00	-	0%
528 Atenção Primária à Saúde	2,755,863.00	-	0%
529 Assistência médica secundária e terciária	3,932,292.00	-	0%
798 Água e saneamento	10,629,844.00	-	0%
802 Eletricidade	7,647,894.00	-	0%
809 Aeroporto	37,765,489.00	7,649.28	0%
874 Portos	938,413.00	-	0%
977 Manutenção, reabilitação e resposta às estruturas	17,573,703.00	-	0%
980 Inclusão social	1,595,520.00	858,013.98	-
981 - Proteção e Conservação do Ambiente	242,641.00	-	0%
982 Turismo	1,501,749.00	-	0%
983 Investimento e Diversificação Económica	5,300,918.00	1,427,843.69	54%
984 Ordenação do Território	145,641.00	-	0%
A08 Tecnologia de Informação e Comunicação	6,124,727.00	-	0%
A18 Implementação do Projeto Tasi Mane no Sul do país	51,220,284.00	-	0%
A27 Implementação da Habitação comunitária digna	92,641.00	-	0%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e Indústria e Anual	13,190,814.00	386,597.55	3%
A41 - Gestão das Pescas, Aquicultura e Recursos Aquáticos	42,641.00	-	0%
Total	301,677,849.00	7,913,076.52	3%

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

Em 2026, o Fundo de Infraestruturas implementou 30 programas com uma dotação orçamental de 301 milhões de dólares. As despesas realizadas entre janeiro e março totalizaram 7,91 milhões de dólares, correspondendo a uma taxa de execução orçamental de 3%. Entre os programas apresentados, o programa de *Investimento e Diversificação Económica* registou a taxa de execução mais elevada, atingindo 54%, enquanto o programa de *Segurança Nacional* apresentou uma execução residual de apenas 0,1%. Os restantes programas registaram taxas de execução orçamental que variam entre 3% e 25%, respetivamente.

Por outro lado, diversos programas não registaram qualquer despesa durante o período em análise, conforme apresentado na tabela abaixo.

7.3 Fundo Desenvolvimento do Capital Humano

Tabela 4: Execução orçamental dos programas implementados pelo FDCH

Programas	Orç. Final	Actual	Execução
314 Bolsa de Estudo	18,771,722	4,264,753.	23%
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	1,844,138	274,444.	15%
Total	20,615,860	4,539,198	22%

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

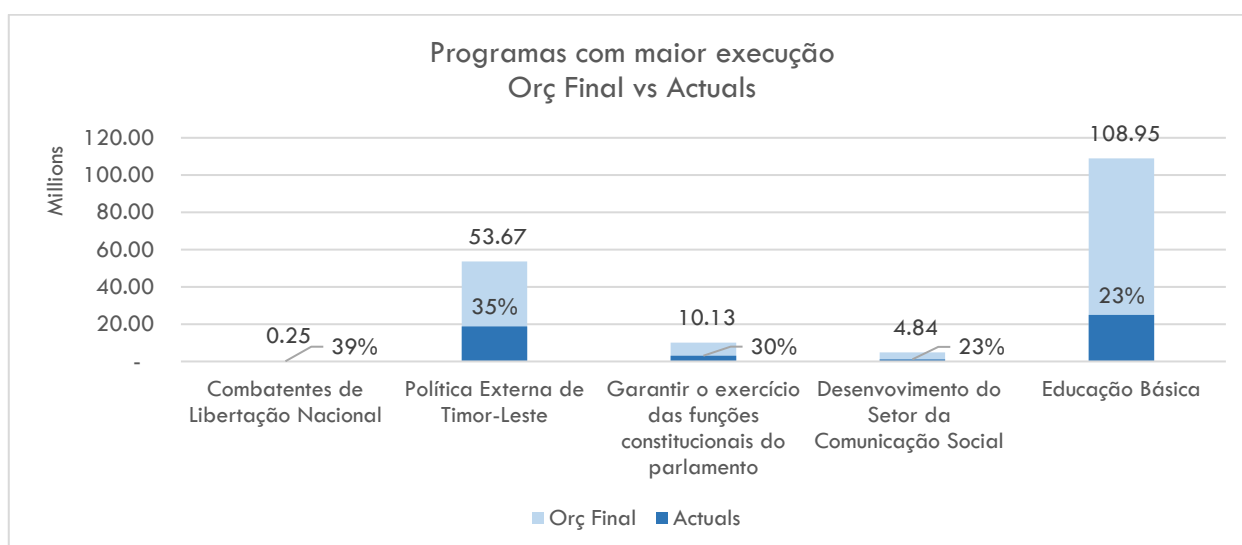
O FDCH implementa quatro programas, conforme ilustrado no gráfico. O programa de *Bolsas de Estudo*, que detém o maior orçamento, registou uma execução de 23%. Seguem-se os programas de *Funcionamento e Desenvolvimento Institucional*, com uma taxa de 15%.

8. Orçamento por Programas

No OGE de 2026, implementou 87 programas, 623 subprogramas e 4635 atividades. No gráfico a seguir apresenta programas que corresponderam maior e menor execução orçamental de Janeiro até Março.

8.1 Programas com maior execução

Gráfico 10: Execução orçamental por programas



Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

Conforme apresentado no Gráfico 11, o programa de *Combatentes de Libertação Nacional* e registou a maior execução orçamental (39%). Seguem-se os programas de *Política Externa de Timor-Leste* (35%) e *Garantir o exercício das funções constitucionais do parlamento* (30%). Enquanto, os programas de *Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social e Educação básica* corresponderam 23% da execução orçamental.

8.2 Programas com execução menor

Tabela 5: Execução orçamental dos Programas

Programas	Orç Final	Actual
162 - Estado de direito	60,000	-
867 - Desenvolvimento e fortalecimento de áreas com regime administrativo e económico especial	34,008,520	-
874 _ Portos	938,413	-
977 - Manutenção, Reabilitação e Resposta às Estruturas Danificadas por Calamidades	17,573,703	-
979 - Educação e Formação	990.00	-
A01 - Promover a Identidade Nacional	85,000	-
A10 - Conectividade de infraestruturas	1,740,000	-
A21 _ Liderar a estratégia política do Governo e a política Nacional	211,176	-

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

Os programas apresentados na Tabela 5 não registaram qualquer execução orçamental durante o primeiro trimestre do ano em análise

9. Autoridades Municipais

9.1 Orçamento alocado nas Autoridades Municipais

O orçamento alocado às Autoridades Municipais em 2026 foi de 138 milhões de dólares. A execução orçamental registada entre janeiro e março, conforme apresentada na tabela abaixo, demonstra que a Autoridade Municipal de Díli apresentou a maior taxa de execução orçamental, com 19%. As restantes Autoridades Municipais registaram taxas de execução orçamental que variam entre 11% e 18%, respetivamente.

Tabela 6: Execução orçamental das Autoridades Municipais

Autoridades Municipais	Orç Final	Actual	Execução
AM de Dili	19,502,642	3,792,557	19%
AM de Ermera	14,112,994	2,068,568	15%
AM de Baucau	13,802,085	1,731,060	12%
AM de Bobonaro	12,806,671	2,097,140	16%
AM de Viqueque	10,686,240	1,248,280	11%
AM de Lautém	8,494,839	1,517,812	18%
AM de Covalima	9,517,979	1,659,205	18%
AM de Ainaro	9,752,205	1,720,375	17%
AM de Manufahi	9,661,613	1,322,682	13%
AM de Liquiçá	8,468,045	1,427,621	16%
AM de Manatuto	9,626,242	1,059,757	11%
AM de Aileu	9,497,727	1,121,518	12%
AM de Atauro	2,713,532	368,649	14%

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

9.2 Programas da AMs

A tabela a seguir apresenta os programas implementados pelas Autoridades Municipais e os respetivos gastos.

Gráfico 11: Programas implantados pelas Autoridades Municipais

Programas	Orç Final	Atual	Execução
510 Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	34,462,545	6,392,803	19%
025 Descentralização Administrativa e Poder local	34,621,388	2,709,597	8%
521 Ensino Básico	32,867,758	8,296,602	25%
528 Cuidado de Saúde Primários	9,187,432	531,633	6%
798 Água e Saneamento	8,410,544	509,327	6%
A39 Agricultura, Horticultura, Café e de Plantas Industriais e Anuais	5,682,888	922,122	16%
026 Estradas e Pontes	4,946,341	256,820	5%
520 Educação Pré-escolar	3,071,647	896,990	29%

Programas	Orç Final	Atual	Execução
980 Inclusão Social	1,473,754	168,341	11%
366 Segurança Nacional	1,083,267	126,918	12%
983 Investimento e Diversificação Económica	701,775	98,840	14%
982 Turismo	594,181	110,686	19%
392 Acesso à Justiça	528,571	76,355	14%
A40 Pecuária, Veterinária e Tecnologia	312,601	8,086	3%
502 Transportes	238,453	595	0.2%
523 Ensino Recorrente	178,389	9,636	5%
028 Desenvolvimento Rural e Urbano	94,689	5,446	6%
805 Saúde	102,000	-	0%
A42 Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	84,591	14,430	17%

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

O programa de *Educação Pré-Escolar* apresentou a maior taxa de execução orçamental, com 29%, enquanto o programa de *Saúde* registou 0% de execução. Os restantes programas apresentam taxas de execução orçamental que variam entre 0,2% e 25%, respetivamente.

Gráfico 12: COFOG

Divisão	Orç Final	Actual	Execução
701: Serviços públicos em geral	848,053,485	143,184,934	17%
702: Defesa	59,892,678	10,022,846	17%
703: Segurança e ordem pública	42,422,920	6,306,920	16%
704: Assuntos económicos	717,822,985	34,615,538	5%
705: Proteção do ambiente	4,599,309	86,534	2%
706: Habitação e infraestruturas coletivas	33,005,919	1,214,754	4%
707: Saúde	125,339,252	15,871,130	13%
708: Desporto, recreação, cultura e religião	9,541,909	563,720	6%
709: Educação	184,215,970	37,397,950	20%
710: Proteção social	420,138,973	33,888,929	8%

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

O gráfico apresenta a execução orçamental por função COFOG. Observa-se que as áreas com maior execução orçamental nomeadamente, *Educação* 20% e o menor foi em *Proteção do ambiente* 2%.

11. Virement

De acordo com o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 43/2024, de 20 de dezembro, relativo às alterações orçamentais, as transferências entre diferentes categorias dentro do mesmo programa, ou entre programas distintos de um mesmo título orçamental, não podem exceder 20% do valor da dotação orçamental. A lei também proíbe a realização de virement para determinadas rubricas, nomeadamente *alojamento, transportes, formação e palestras e ajuda de custo*. Tabela a baixo apresenta as entidades que alteraram mais seus orçamentos.

Tabela 7: Top 10 Entidades que realizaram maior virement no 1.º trimestre de 2026

LMs/AAs	Categoria
Ministerial da Administração Estatal	BS 130,000 CD 130,000
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	CD 71,000 TP 71,000 TP 142,000 CD 142,000
Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	BS 500,000 TP 500,000
Ministério da Defesa	BS 795,920 TP 795,920
Autoridade Municipal de Ermera	TP 152,241 CM 100,241 CD 52,000
Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas	BS 178,200 BS 200,000 CM 200,000 CM 1,500 CD 176,700
Polícia Nacional Timor-Leste	BS 110,000 TP 110,000
Comissão da Função Pública	BS 78,623 CD 78,623
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	BS 83,650 CM 83,650
Ministério do Comércio e Indústria	BS 39,575 TP 20,000 CM 19,575

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

Ministério Administração Estatal: Razão da criação do Virement para atender às necessidades do Ministério relacionadas com o espaço de serviço no recinto do MAE.

Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego: As transferências efetuadas entre as categorias de Capital de Desenvolvimento e Transferências Públicas, bem como de TP para CD, foram realizadas com o objetivo de apoiar a implementação das respetivas atividades e assegurar a disponibilidade de recursos necessários para a execução dos programas previstos, conforme a justificação apresentada pela entidade.

Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional: Alteração orçamento entre categoria TP para BS.

Ministério da Defesa: Transferência de BS para CM no montante de \$795,920, dos quais \$670,700 destinados à aquisição de transporte para o batalhão da brigada em veículo militar; \$44,545 para aquisição de mobiliário; \$20,000 para aquisição de transporte e equipamentos; e \$60,675 para aquisição de equipamentos informáticos para a Escola Académica Conjunta Militar, localizada no município de Aileu.

Autoridade Municipal de Ermera: BS para CM no montante de \$100.241 destinou-se à aquisição de veículos para os seis postos administrativos. Por sua vez, BS para CD no montante de \$33.000 foi atribuído para apoiar a construção da ponte de Berek e \$19.000 para a construção da irrigação de Tata.

Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas: Transferência de BS para TP no montante de \$3,000. Transferência de BS para CM no montante de \$1,500 para aquisição de equipamentos informáticos. Transferência de BS para CD no montante de \$176,700, dos quais \$6,000 para suportar atividades; \$100,000 para construção do muro do projeto HADALA, em Aileu e Liquiçá; e \$60,000 para construção do laboratório de pesticidas. Transferência de CM para BS no montante de \$200,000, alteração efetuada entre categorias dentro do mesmo programa.

Polícia Nacional Timor-Leste: Transferência de BS para CM no montante de \$110,000, dos quais \$50,000 destinados ao apoio e contribuição para os membros e funcionários civis da PNTL que se encontram doentes, e \$60,000 para apoio ao orçamento funerário da PNTL

Comissão da Função Pública: Alteração orçamental para a reabilitação do edifício da KFP, no salão Aikurus Binani, que está contemplada no orçamento da KFP para o ano de 2026.

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura: Transferência de BS para CM no montante de \$83,000. A razão da realização do virement é efetuar o pagamento de dívidas que não conseguiram ser aprovadas no PEP até ao dia 31 de dezembro de 2025, devido a lapso

administrativo. Assim, torna-se necessária a transferência de verbas para liquidar dívidas do ano anterior. Adicionalmente, transferência no montante de \$650 para manutenção de computadores e pagamento de dívidas relacionadas com mobiliário que não foi possível pagar em 2025.

Ministério do Comércio e Indústria: alteração efetuada a partir de BS no montante de \$44,575, dos quais \$19,575 transferidos para CM para pagamento de dívidas relativas à aquisição de mobiliário para os serviços descentralizados nos municípios de Ermera, Covalima e Manufahi. No montante de \$20,000 transferidos para TP para pagamento de dívidas, sendo o orçamento utilizado para produção de uniformes dos funcionários do MCI na Direção DNADMPME

12. Receitas

As receitas previstas para o ano de 2026 para a Administração Central foram de 2.2 mil bilhões de dólares e, para a RAEOA, 60.0 de milhões de dólares. A tabela seguinte apresenta as receitas do subsetor da Administração Central e da RAEOA.

12.1 Receitas da Administração Central

Tabela 8: Receitas recolhidas – Administração Central de Janeiro até Março

Rubrica/Subrubrica	Orç Previsto	Recolhido
401: Impostos e Contribuições para a Segurança Social	200,460,917	42,319,352
402: Taxas, coimas e outras penalidades	29,874,450	1,597,200
403: Rendimentos	15,249,012	811,002
404: Transferências	1,727,068,395	200,000,000
405: Venda de Bens e Serviços	7,726,621	27,357
406: Ativos e passivos financeiros	52,587,100	-
407: Reposições não Abatidas nos Pagamentos	-	-
408: Saldo de Gerência	181,722,700	-
409: Outras Operações Extraorçamentais	-	662,592
Total	2,214,689,195	245,417,503

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

Os dados demonstram que a principal fonte de receita provém das *Transferências (404)*, com um valor bastante elevado. Em seguida, destacam-se os *Impostos e Contribuições para a Segurança Social (401)*, que representam a principal fonte de arrecadação interna.

Observa-se também que algumas categorias apresentam baixa execução em comparação ao valor previsto, especialmente nas áreas de impostos, rendimentos e venda de bens e serviços. Já as categorias de *Ativos e Passivos Financeiros (406)* e *Reposições não Abatidas nos Pagamentos (407)* praticamente não registaram execução.

12.2 Receitas da REAOA

Tabela 9: Receitas da REAOA de Janeiro até Março

Rubricas/Subrubricas	Orç Previsto	Recolhido
401: Impostos e Contribuições para a Segurança Social	-	43,456
402: Taxas, coimas e outras penalidades	201,785	-
403: Rendimentos	5,116,183	-
404: Transferências	30,000,000	-
405: Venda de Bens e Serviços	563,387	-
408: Saldo de Gerência	24,118,645	-
Total	60,000,000	43,456

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

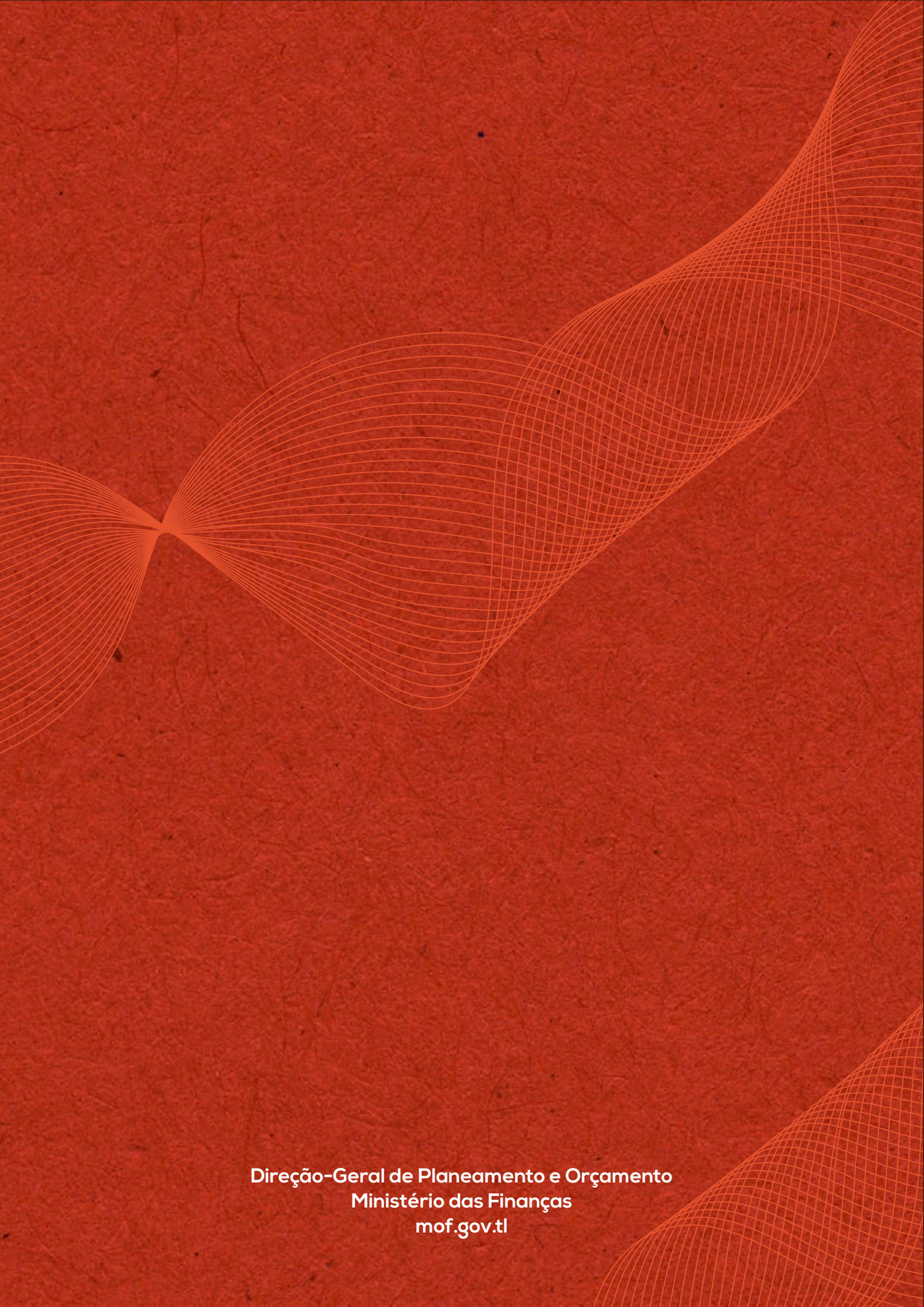
Os dados apresentados mostram que a principal fonte de receita prevista é o *Saldo de Gerência (408)*, com valor de 24,118,645 dólares, seguido pelas *Transferências (404)* no montante de 30,000,000 mil dólares. Isso demonstra dependência significativa de recursos acumulados e transferências externas. Os *Rendimentos (403)* também apresentam um valor relativamente relevante, enquanto as receitas provenientes de *Taxas, coimas e outras penalidades (402)* e *Venda de Bens e Serviços (405)* continuam reduzidas.

Observa-se ainda que a execução financeira é muito baixa ou inexistente em quase todas as categorias, exceto em *Impostos e Contribuições para a Segurança Social (401)*, que registou apenas 43,456 mil dólares.

Anexo I: Transferência orçamental realizada pela Dotação Geral do Estado em 2026

LMs/AAs	SV	BS	TP	CM	CD
001 Presidência da República	-	140,000.00	-	280,000.00	-
002 Primeiro Ministro	-	4,490,000.00	498,888.89	-	-
008 Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	-	69,000.00	-	-	-
100 Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	-	3,169,813.00	400,000.00	425,565.00	-
Total	-	7,868,813.00	898,888.89	705,565.00	-

Fontes: GRP-MoF, 31 de Março de 2026

The background is a solid orange color with a textured, slightly grainy appearance. Overlaid on this are several sets of thin, white, wavy lines that create a sense of movement and depth. These lines are arranged in a way that they appear to be part of a larger, continuous pattern, possibly representing a stylized wave or a series of overlapping planes.

Direção-Geral de Planeamento e Orçamento
Ministério das Finanças
mof.gov.tl